



centenário do nascimento
HENRIQUE DE BARROS
1904 - 2004



QUE TENHAMOS SABIDO SER DIGNOS DE NÓS PRÓPRIOS, DOTANDO A NOSSA
PÁTRIA COM UMA CONSTITUIÇÃO QUE, NA SUA ESSÊNCIA, SAIBA RESISTIR À
PROVA DO TEMPO!

HENRIQUE DE BARROS



APRESENTAÇÃO

Por ocasião das comemorações do centenário do nascimento do Professor Henrique de Barros, novamente se publicam, em edição especial, os discursos proferidos na abertura e no encerramento dos trabalhos da Assembleia Constituinte, da qual, com tanto brilho e dignidade, foi o inesquecível Presidente.

O valor destes textos é, sobretudo, histórico. Um e outro balizam o labor dos constituintes de 1975-76, que foi absolutamente fundamental para dar conteúdo firme às aspirações originárias da Revolução do 25 de Abril, em termos de liberdade, democracia e direitos humanos.

O Presidente Henrique de Barros, pela sua grande autoridade cívica e moral, deu um contributo decisivo para que a Assembleia Constituinte funcionasse com eficácia, apesar das paixões desencadeadas no apogeu do processo revolucionário, naturalmente reflectidas no calor dos debates, no Hemiciclo do Palácio de São Bento.

A sua palavra foi sempre serena, acalmando os ânimos, lembrando os princípios básicos da convivência e do debate democrático.

Não se coibiu, porém, de exercer as prerrogativas presidenciais, quando necessário, perante a Assembleia e perante outras entidades, que a ela deviam respeito e cooperação.

A retórica do Presidente Henrique de Barros é simples e directa. Denota as preocupações de objectividade e clareza próprias do investigador e pedagogo que foi a vida inteira.

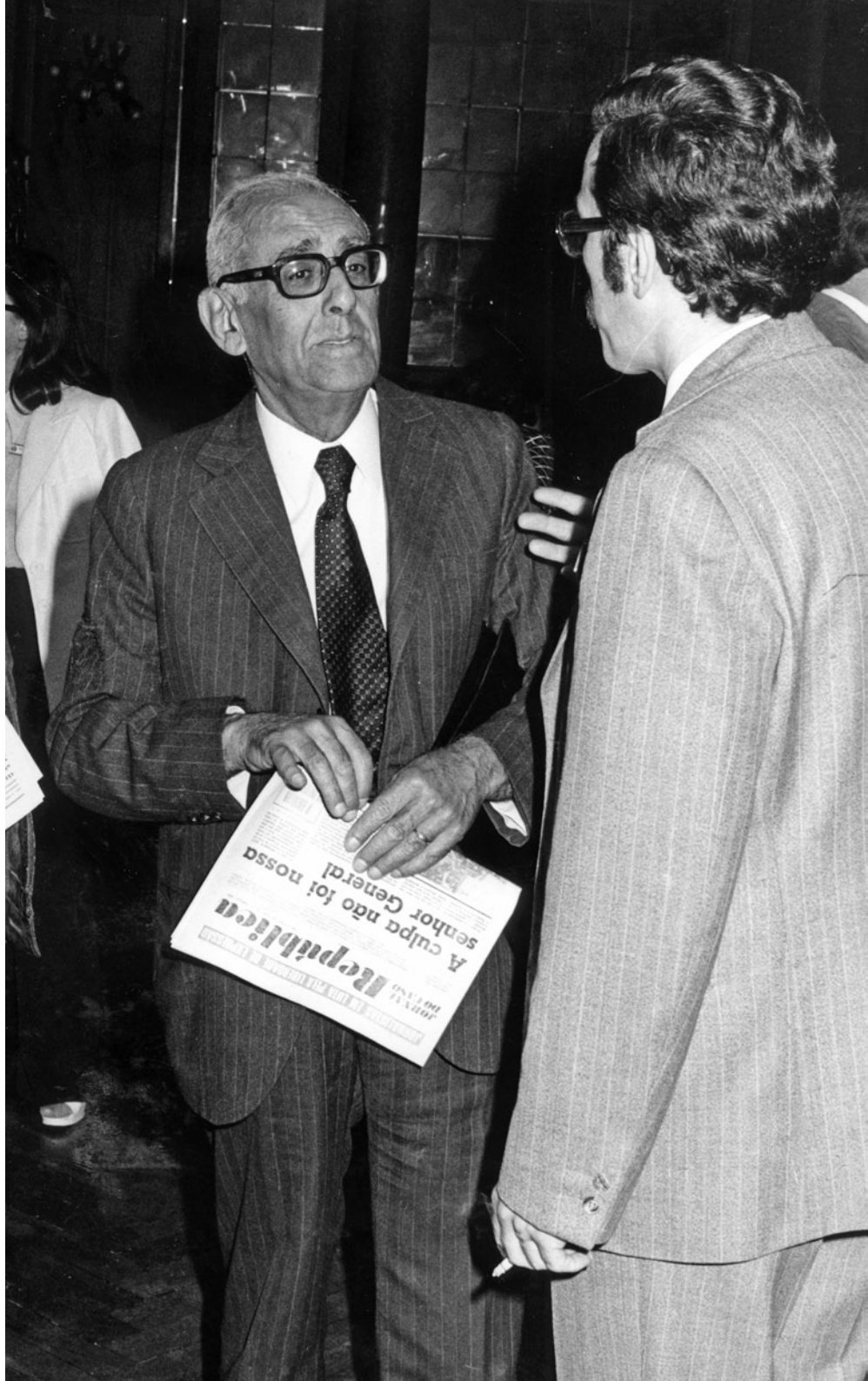
E, no entanto, relendo estes textos luminosos, percebe-se a intensidade do sonho, por ele acalentado, no meio de perseguições e muitos sofrimentos, de um Portugal democrático e desenvolvido, que pôde ver, por fim, o despontar, feito realidade, sob o seu magistério e, quanto ao texto da própria Constituição, com a sua assinatura.



JOÃO BOSCO MOTA AMARAL
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Biografia
HENRIQUE DE BARROS

Trabalhos durante a
Assembleia Constituinte;
Inácio Ludgero; 1975
(pormenor)



HENRIQUE DE BARROS

Filho de João de Barros – poeta, ensaísta, pedagogo progressista, político republicano - e de Raquel Teixeira de Queiroz – filha do romancista Francisco Teixeira de Queiroz -, Henrique de Barros viveu na Foz do Douro até 1910, altura em que veio para Lisboa.

Fez o ensino primário em casa por iniciativa de seu pai, por não confiar no ensino primário da Monarquia, que estava empenhado em mudar enquanto Director Geral do Ensino Primário. O pai, João de Barros, foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, em 4 de Fevereiro de 1981, entregue pelo Presidente da República Ramalho Eanes, e com a Grã-Cruz da Ordem do Barão do Rio Bravo, atribuída pelo Presidente da República do Brasil e destinada a premiar o mérito literário. Tem ainda um monumento em sua homenagem na Av. Marginal, na Figueira da Foz.

O avô paterno de Henrique de Barros foi Affonso Ernesto de Barros, Provedor da Misericórdia da Figueira da Foz, que, apesar de republicano, recebeu de D. Luís o título de Visconde da Marinha Grande, terra de onde era natural.

Henrique de Barros frequentou o Liceu Camões, onde integrou o Grupo 11 de escuteiros, do qual foi chefe, o que lhe proporcionou três participações em encontros internacionais de escuteiros, os seus primeiros contactos internacionais. Ainda com este grupo prestou homenagem ao préstito de Sidónio Pais.

Em 1928 concluiu o curso do Instituto Superior de Agronomia (ISA), onde foi director do “Agros”, boletim da Associação de Estudantes daquele Instituto.

Cumpriu o serviço militar na Cova da Moura, Lisboa e Sacavém e, a 2 de Junho de 1934, casou com Luísa Carmina de Morais Sarmento, com quem teve cinco filhos.

Henrique de Barros tinha três irmãos e foi cunhado de Marcelo Caetano, com o qual mantinha relações de amizade desde o tempo de frequência do Liceu Camões.

ACTIVIDADE PROFISSIONAL

Como economista agrário

Depois de concluído o curso, Henrique de Barros foi contratado pelo Ministério da Agricultura para colaborar em levantamentos topográficos de terrenos baldios no Concelho do Sabugal.

Em 1956 participou numa Conferência no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, apresentando um artigo intitulado “Características específicas da agricultura como actividade económica”, publicado posteriormente na *Seara Nova*.

Seguiu-se uma colaboração com a Junta Central da Campanha do Trigo, durante a qual Henrique de Barros elaborou um estudo sobre a cultura do milho, que deu origem ao seu primeiro livro, intitulado *O Milho em Portugal*.

Foi posteriormente técnico avaliador da propriedade rústica no Instituto Geográfico e Cadastral e no Montepio Geral, nos concelhos de Mogadouro, Mafra, Beja, Cuba e Vidigueira, ocupação que acumulou com as funções de adjunto do chefe da Secção de Estudos Económicos da Estação Agrária Central. Já no sector privado, foi também avaliador da propriedade rústica da Secção de Hipotecas do Montepio Geral. Mais tarde colaborou ainda com a Junta de Colonização Interna, em 1938-1939, elaborando um estudo agronómico para a instalação de um colonato.

Foi convidado para chefiar o Gabinete de Estudos Económicos da Junta Nacional das Frutas, cargo que interrompeu entre 1951 e 1952, para, a convite da FAO (Organização de Agricultura e Alimentação da ONU), colaborar no seu programa temporário de assistência técnica internacional e efectuar, nesse âmbito, 2 missões no Brasil. Henrique de Barros foi o técnico português que abriu caminho à colaboração técnico-profissional de portugueses ao serviço de organismos internacionais no Brasil e em outros países tropicais.

Visitou a Guiné, em 1950, acompanhado de um técnico açucareiro das Ilhas Maurícias, conhecendo na altura Amílcar Cabral, então funcionário dos Serviços Agrícolas da Guiné. Em 1951, por incumbência da Junta de Exportação dos Cereais do Ultramar, Henrique de Barros deslocou-se a Angola com o encargo de estudar e propor um inquérito sobre a produção cerealífera em geral e a do milho em particular.

Em 1958, elaborou uma proposta para a criação do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, a qual foi bem acolhida por Azeredo Perdigão e depois aprovada pelo Conselho de Administração da Fundação.

Henrique de Barros participou nas conferências da Associação Internacional dos Economistas Agrícolas, sempre na qualidade de chefe das delegações portuguesas: 1958 em Mysore (União Indiana), 1961 em Guernavaca (México),

1967 em Sydney (Austrália), 1970 em Minsk (URSS) e 1973 em S. Paulo (Brasil). Em 1965, chefiou a missão do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, incumbida de ministrar em Nova Lisboa (actual Huambo) um curso de gestão da empresa agrícola destinado a técnicos agrários e agricultores.

Em 1967, a convite do Centro de Estudos Cooperativos de Moçambique, deslocou-se a Lourenço Marques para participar num seminário internacional sobre cooperativismo agrícola e em 1968, a convite do Governo Geral de Angola, participou nas VIII Jornadas Silvo-Agronómicas, cujo tema geral foi a comercialização dos produtos agrícolas.

Actividade docente

Henrique de Barros foi Professor do Instituto Superior de Agronomia desde 1939 até 1947, altura em que não foi reconduzido, juntamente com outros colegas, pelo então Ministro Pires de Lima, que alegou “não colaborarem na realização dos fins superiores do Estado”. Retomou o lugar em 1957, ficando a reger as cadeiras de Economia Rural e de Gestão da Empresa Agrícola.

De 1969 a 1974 deu aulas na Faculdade de Agronomia da Universidade de Luanda, situada em Nova Lisboa (Huambo) e, em 1974, ministrou em Luanda um curso rápido sobre economia agrária na Faculdade de Economia da mesma Universidade.

Só em vésperas da aposentação, já com o Ministro da Educação Veiga Simão, foi Henrique de Barros definitivamente provido no lugar de professor catedrático do ISA, tendo-se depois aposentado voluntariamente, em Março de 1974, com 70 anos.

ACTIVIDADE POLÍTICA

Embora involuntariamente, participou no movimento de 28 de Maio de 1926, quando estava a fazer a recruta no Grupo de Companhias de Saúde e cujo comandante levou a sua unidade a juntar-se às tropas sublevadas que acampavam na Amadora.

Em 1936-1937, quando se encontrava a chefiar a Secção de Estudos Económicos na Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, foi chamado pelo Ministro que o informou de que continuava a contar com ele para a chefia mas que se via impossibilitado de o promover a engenheiro de 2ª classe pelo facto de a polícia política ter declarado sobre ele: “É considerado inimigo do Estado Novo, cuja política sempre tem combatido pertinazmente; não se lhe conhecem, porém, ideias subversivas”. Não aceitou por isso a continuação do cargo de chefia.

Em 1967, antes da sua viagem à Austrália, onde se realizaria a XV Conferência da Associação Internacional dos Economistas Agrícolas, Henrique de Barros foi chamado a comparecer perante a PIDE, encontro que considerou estranho e cuja verdadeira razão de ser ele próprio não tinha entendido.

Aceitou um convite para ingressar na Comissão de Socorro aos Presos Políticos, à qual pertenciam numerosos democratas de grande prestígio. A comissão procurava acompanhar o tratamento que era dado aos presos de Caxias, Peniche e outras prisões e denunciava as situações afrontosas. Tendo tomado conhecimento de casos de maus-tratos infligidos aos presos políticos em Peniche, integrou uma pequena delegação para se dirigir ao Presidente da Assembleia Nacional, tendo aquela, no entanto, sido recebida pelo deputado Sá Carneiro.

Em 1962 houve um grande conflito académico a propósito do Dia do Estudante, no qual manifestou o seu apoio como professor ao movimento estudantil. Os seus filhos foram presos nesses acontecimentos. Na noite que antecedeu a prisão, na cantina da Universidade de Lisboa, estivera ali numa conferência informal com dirigentes da RIA (Reunião Interassociações) como Jorge Sampaio, secretário-geral, e o seu filho Afonso Moraes Sarmento de Barros, secretário-geral adjunto e alguns professores para manifestar solidariedade aos estudantes e aconselhar-lhes moderação.

Em 1969, nas eleições legislativas, foi convidado por um grupo de democratas de Coimbra a candidatar-se, como cabeça de uma lista oposicionista unitária, a deputado pelo círculo de Coimbra e aceita o convite. Nenhum deputado foi, no entanto, eleito: os resultados eleitorais contabilizaram à sua lista apenas cerca de 4 mil votos.

No mesmo ano foi também convidado para se candidatar a presidente da mesa da Assembleia Regional da secção sul da Ordem dos Engenheiros, tendo a sua lista vencido. Depois destas eleições seguiram-se as eleições para a Ordem, no seguimento das quais passou a ser Presidente da Assembleia Geral da Ordem.

Participou em reuniões oposicionistas que se realizavam na casa de António Sérgio, na Travessa do Moinho de Vento, à Lapa, e esteve associado a 2 cooperativas, tendo sido em ambas eleito presidente das assembleias gerais: Livrelco,

fundada por estudantes de Agronomia, e a Cooperativa de Estudos e Documentação.

Quando se deu o 25 de Abril, Henrique de Barros estava em Nova Lisboa (Huambo) e foi convidado para falar no comício comemorativo do 1º de Maio, promovido pelo Sindicato dos Ferrovíarios de Nova Lisboa. Fê-lo comentando o tema de um artigo que enviara para o jornal *República*, intitulado “*Nunca mais!*”

Em Luanda, foi convidado para uma reunião de democratas que pertenciam ao MPLA, ou com ele simpatizavam, no escritório do advogado Dr. Eugénio Ferreira, que viria a desempenhar, após a independência, altas funções na magistratura de Angola.

Regressado a Lisboa, no princípio de Maio de 1974, foi convocado pelo General Spínola para ir a Belém, tendo sido convidado para um dos seis lugares civis do Conselho de Estado, presidido por este General e depois por Costa Gomes e que durou de Junho de 1974 até 12 de Março de 1975. Voltou a pertencer ao Conselho de Estado, por nomeação do Presidente da República, depois de ter saído do I Governo Constitucional e até ter terminado o 2º mandato de Ramalho Eanes.

O Partido Socialista convidou-o para cabeça de lista da sua candidatura à Assembleia Constituinte, pelo Distrito de Coimbra, convite que aceitou. Desta vez, os resultados das eleições levaram Henrique de Barros às bancadas do Hemiciclo, tendo o PS eleito, neste círculo, sete deputados, num total de 11.

A 2 de Junho de 1975, proferiu o discurso inaugural da Assembleia Constituinte como Presidente Interino e foi eleito Presidente da Mesa da Assembleia Constituinte a 5 de Junho com apenas 4 votos contra.

Esteve presente nos 2 cercos à Assembleia. No 1º cerco, foi acusado pelo Diário de Notícias de se ter exibido com uma braçadeira branca como “troça aos homens da braçadeira vermelha” (do PCP e CGTP), facto que não correspondia à verdade: quem o tinha feito tinha sido o deputado António Macedo.

Manifestou no Parlamento o seu apoio aos signatários do manifesto “O documento dos nove”, em 20 de Agosto de 1975, proferindo um discurso.

Em Outubro de 1975, desloca-se numa visita oficial a Estrasburgo, para participar numa reunião do Conselho da Europa, à frente de uma delegação da Assembleia Constituinte.

Após o 25 de Novembro, e não tendo tido qualquer intervenção nos acontecimentos, abriu os trabalhos da Assembleia Constituinte, em 2 de Dezembro de 1975, com uma declaração de regozijo pelo restabelecimento da ordem e das “liberdades cívicas”.

Em Abril de 1976, em representação do Governo Português e na qualidade de antigo Presidente da Assembleia

Constituinte, participou na Conferência sobre a Evolução das Instituições Democráticas na Europa, realizada em Estrasburgo, por iniciativa do Conselho da Europa. Em Novembro desse mesmo ano foi destacado representante do Governo Português, juntamente com o Secretário de Estado Manuel Tito de Morais, nas comemorações do 1º aniversário da independência de Angola.

Henrique de Barros foi ainda Ministro de Estado no I Governo Constitucional de Mário Soares, depois de ter recusado o convite para ser vice-primeiro-ministro, e substituiu o Primeiro-Ministro, nas suas ausências, presidindo ao Conselho de Ministros. De iniciativa pessoal destaca-se a reestruturação da Comissão da Condição Feminina e a criação do Instituto António Sérgio do sector cooperativo. Interveio, por iniciativa de David Mourão Ferreira, Secretário de Estado da Cultura, na autorização da transferência da Biblioteca particular de Marcelo Caetano para o Brasil, transferência essa proibida por Vasco Gonçalves, então Primeiro-Ministro. Pertenceu à comissão de honra da candidatura e posterior recandidatura de Ramalho Eanes para Presidente da República.

Foi convidado para fazer parte do II Governo, convite que declinou. Colaborou, entretanto, na redacção da Lei de Bases da Reforma Agrária, projecto elaborado pelo Gabinete de António Barreto e fez a defesa pública no Parlamento do Projecto de Lei.

Foi eleito, pela Assembleia da República, para Presidente do Conselho Nacional do Plano, cargo que exerceu de Julho de 1979 a Fevereiro de 1981.

Nas eleições de Outubro de 1980, encabeçou a lista de candidatos do PS pelo Distrito de Coimbra à Assembleia da República. Foi eleito, mas, contando já 76 anos, acabou por renunciar ao mandato.

Nos finais de 1984, Henrique de Barros é mandatário para a candidatura de Salgado Zenha à Presidência da República.

A determinada altura, saiu do PS porque, como disse, “era naturalmente um independente”, continuando, no entanto, a votar nesse partido.

Foi-lhe atribuída a criação do PRD, por ter afirmado a um jornal que existia espaço político para um novo partido, mas não tinha intenções de nele ingressar. Assistiu à Convenção de Tomar deste partido, assumindo a Presidência da mesa e constou da lista como candidato independente por Lisboa às eleições de 1986.

HOMENAGENS

Em 1979, um grupo de amigos constituiu-se em comissão e organizou uma sessão pública no grande anfiteatro da Fundação Calouste Gulbenkian, em 25 de Outubro, comemorativa dos 50 anos da sua actividade profissional. Presidiu à sessão o Presidente da República Ramalho Eanes e esteve presente a Primeira-Ministra Maria de Lurdes Pintasilgo. Recebeu uma medalha esculpida por José Moura.

Em 2002, a Assembleia da República inaugurou um busto de Henrique de Barros, da autoria do escultor Lagoa Henriques, no Átrio Principal do Palácio de S. Bento.

PUBLICAÇÕES

Publicou diversos trabalhos todos ligados à sua actividade de engenheiro agrónomo e criou, em 1945, uma colecção que publicava livros agrícolas intitulada “A Terra e o Homem”.

Discurso inaugural da Assembleia Constituinte
HENRIQUE DE BARROS

Abertura da Assembleia Constituinte - discurso do Presidente Henrique de Barros; 2 de Junho de 1975, S/Autor



DISCURSO INAUGURAL DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Sr. Presidente da República, Srs. Deputados à Assembleia Constituinte:

Na minha qualidade de Presidente Interino da Segunda Assembleia Constituinte da República Portuguesa, e em nome dos Deputados que a integram, mandatários que são do Povo Português, cumpro o dever, gratíssimo para mim, de agradecer a honrosa vinda de V.Ex.^a a esta Casa para inaugurar os nossos trabalhos, presidindo à nossa primeira sessão.

As palavras de V.Ex.^a vão servir-nos de incitamento durante o período trabalhoso, e provavelmente árduo, que hoje iniciamos, com os olhos a postos na construção da nova sociedade socialista pela qual o País anseia.

Ao longo de alguns meses, no decorrer de exaustivas e por vezes difíceis sessões do Conselho de Estado, tive o privilégio que nunca poderei esquecer de conviver com V. Ex.^a, a princípio na vossa qualidade de simples membro do Conselho e, a partir dos acontecimentos dos fins de Setembro, na de Presidente desse mesmo órgão de soberania, até à absorção deste pelo comprovadamente dinâmico Conselho da Revolução.

Atento e discreto no meu lugar, pude observar a inalterável dignidade com que V. Ex.^a intervinha nos nossos debates, sempre objectivo e sereno, e a correcta firmeza com que soube depois conduzi-los. Habituei-me assim a ver em V. Ex.^a um patriota convicto e sincero, um homem honesto e um militar competente, bem como a apreciar a clareza da vossa inteligência e a elevação do vosso carácter. Passei a ser, desde então, e continuo a sê-lo, um admirador seguro e um amigo dedicado do homem que a nobre Revolução de 25 de Abril de 1974 colocou na magistratura suprema durante esta fase conturbada, mas promissora, que Portugal está atravessando.

As dúvidas que via manifestarem-se, aqui e ali, de que as eleições prometidas no programa do MFA se realizassem e de que a Assembleia Constituinte se reunisse na data aprazada, essas dúvidas não as senti eu nem por um só momento. Bastava-me, para as dissipar, a garantia tantas vezes dada aos Portugueses, sempre bem explicitamente, sem a menor ambiguidade, pelo general Francisco da Costa Gomes e os seus camaradas do MFA.

Aqui nos encontramos reunidos, portanto, os Deputados livremente eleitos pelo Povo, a 25 de Abril de 1975, com a firme intenção de nos desempenharmos da missão concreta e específica que nos foi atribuída pela Revolução: a de elaborarmos, se possível no prazo de noventa dias, uma Constituição Política da República Portuguesa que, respeitando o pacto estabelecido entre o MFA e os partidos políticos, possa servir de quadro institucional às profundas transformações

sociais de que o País carece e que já se encontram em marcha. Uma Constituição que se mostre capaz de conciliar o socialismo, no seu sentido genuíno, que é o da sociedade sem classes conseguida através do domínio exercido pela colectividade dos trabalhadores sobre os grandes meios de produção, com a garantia das liberdades públicas sem as quais o homem jamais se sentirá cidadão.

Neste empenhamento espero que nos possamos todos lançar, coem ardor que não exclua a tranquilidade e o espírito crítico, procurando acima de tudo descobrir e trazer à superfície os pontos que nos são comuns, erre vez de conferir relevo àqueles que porventura nos dividem ou dividirem

Seja quem for que venha a dirigir, a título efectivo, os trabalhos desta Assembleia, sobre as quais o País terá os olhos postos, penso que deve procurar fazê-lo com total isenção, com imparcialidade sem falhas, sem nenhum espírito partidário. A cadeira neste momento ocupada pelo general Costa Gomes, a meu ver, não pertence a nenhum partido, e o homem que a ela ascender, por escolha dos seus pares, unânime ou apenas majoritária, deve exercer o seu papel colocado numa perspectiva suprapartidária, que leve a que todos os Deputados, seja qual for o partido a que pertençam, não se sintam nem privilegiados nem desfavorecidos.

Vozes: - Muito bem!

Sr. Presidente da República:

Sei de ciência certa, todos aliás o sabemos, quanto tem sido duro, trabalhoso, esgotante, o exercício do vosso alto e tão espinhoso cargo, que vos fez dizer um dia que vos consideráveis um trabalhador sem horário. Nós, os Deputados, teremos sem dúvida horário, e devemos até respeitá-lo escrupulosamente, mas nem por isso o exemplo de V. Ex.^a deverá deixar de nos inspirar nas difíceis tarefas que nos esperam.

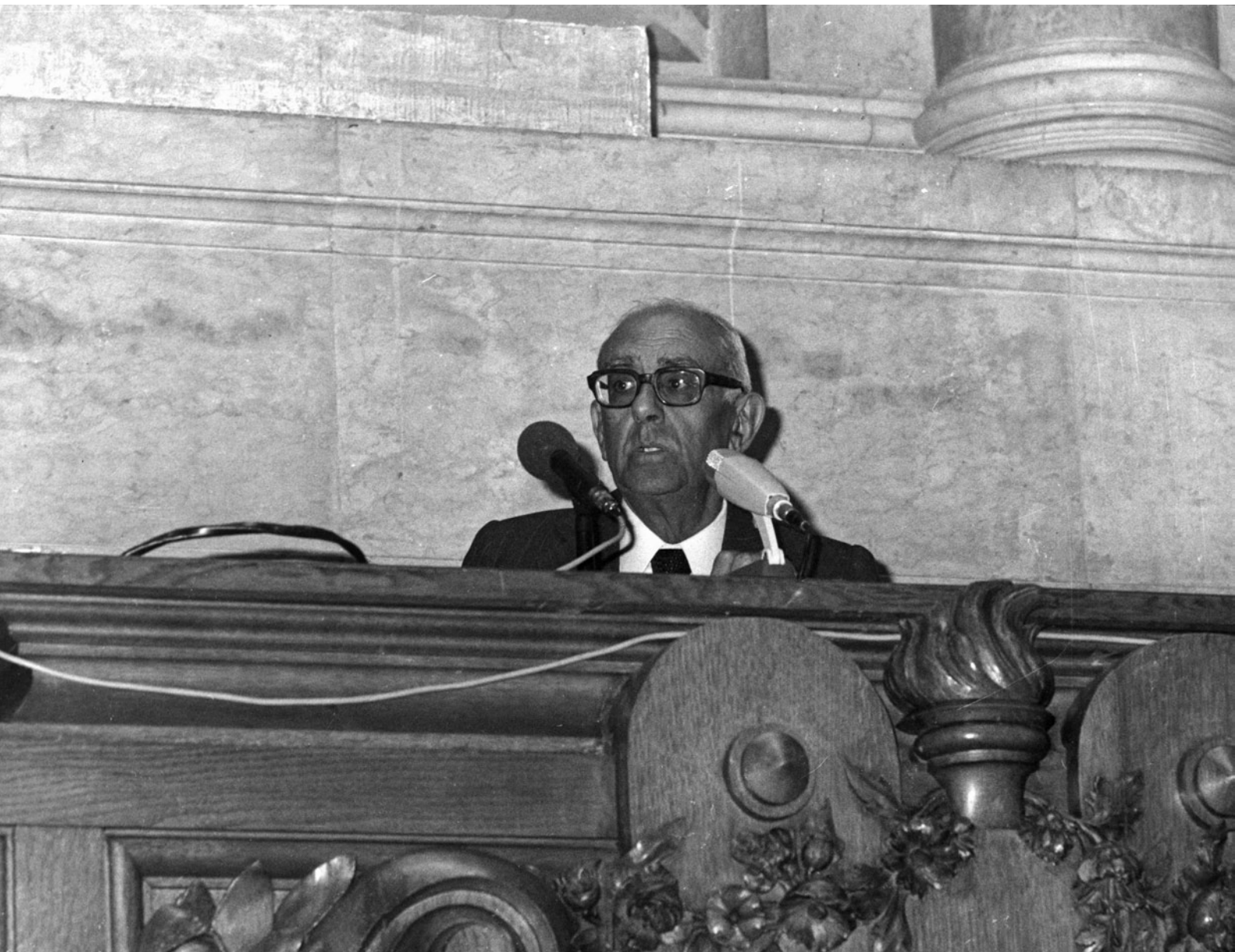
A História, juiz implacável, dirá um dia se fomos ou não capazes de desempenhar cabalmente a missão que o eleitorado nos atribuiu, nessa grande e inesquecível jornada cívica que foi o 25 de Abril de 1975.

As Constituições valem na medida em que não forem efémeras em que servirem de quadro à vida política nacional durante um período de tempo relativamente longo, em que demonstrarem capacidade para suportar o embate, sempre rude, da experiência, da realidade viva.

Este é o desejo que formulo, o anseio que exprimo, nesta hora primeira, incerta como são todas as horas primeiras: o de que saibamos ser dignos de nós próprios dotando a nossa Pátria com uma Constituição que, na sua essência, consiga resistir à prova do tempo!

Discurso de encerramento da Assembleia Constituinte
HENRIQUE DE BARROS

Trabalhos durante a Assembleia Constituinte; Inácio Ludgero; 1975



DISCURSO DE ENCERRAMENTO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Ministros, ilustres convidados, prezados colegas Deputados de todos os partidos.

Em nome da Assembleia Constituinte, e em meu nome próprio, quero começar por agradecer a honrosa presença de VV. Ex.^{as}, Sr. Presidente da República e de mais autoridades oficiais, nesta Casa que hoje ainda é a nossa Casa, a Casa dos constituintes, e em breve será sede do poder legislativo da República Portuguesa.

Permita-me V. Ex.^a, Sr. Presidente, que, neste momento solene, reitere, sem lhes retirar uma vírgula, as palavras com que me referi, a 2 de Junho de 1975, à vossa figura ilustre de patriota e de militar.

Assim como, naquele dia, que tão longínquo já nos parece, afirmei nunca ter sentido dúvidas de que as eleições de 1975 se realizariam, para tal me bastando a garantia sempre dada por V. Ex.^a e os seus camaradas do MFA, assim também direi agora que, mau grado todas as vicissitudes que atravessámos, algumas bem penosas, a presença do general Costa Gomes na Magistratura Suprema e à testa de um Conselho da Revolução que soube manter-se fiel ao ideal democrático significou, constantemente, para mim a convicção de que não seríamos abusivamente impedidos de levar ao fim o nosso trabalho.

Srs. Presidente, Srs. Deputados: Terminámos a nossa tarefa. Cumprimos a missão que o povo português nos quis confiar, através de eleições que foram amplamente participadas, claramente livres, inegavelmente genuínas.

Haverá, porventura quem pergunte se o fizemos sem dificuldades, sem problemas, sem hesitações, sem incómodos e até angústias, linearmente, exemplarmente?

Perguntas a que, como nós Deputados bem sabemos, melhor até que ninguém, só se poderá honestamente responder pela negativa mais formal, já que as dificuldades nunca escassearam, os problemas surgiram de todos os lados (esperados uns, outros inesperados), as hesitações foram numerosas, os incómodos quotidianos, a angústia frequente, no caminho percorrido muitos foram os trechos sinuosos, os exemplos que demos nem sempre teriam sido os mais edificantes.

Se, porém, como é nosso direito, nos quisermos lembrar dos vaticínios (que de toda a parte apareciam) de que a

Assembleia Constituinte não chegaria ao seu termo natural, que se desagregaria prematuramente, que seria dissolvida pela força, que agonizava, que era já um corpo moribundo - se nos quisermos lembrar, por uns momentos, e sem acrimónia, de tudo isso e do muito mais que impudicamente se escreveu, disse e fez a nosso respeito, verificaremos sem demora, pela simples invocação da evidência dos factos, até que ponto a verdade se afastou daquelas sombrias previsões, desses funestos presságios, até que ponto soubemos dar provas, todos nós, de vitalidade, resistência, autodomínio, serenidade e perseverança, até que ponto nos recusámos a desertar.

A seu tempo será elaborado o relatório completo, e circunstanciado da actividade da Constituinte de 2 de Junho de 1975 até 2 de Abril de 1976.

Neste momento, a sua apresentação seria descabida.

Afigura-se-me, no entanto, que o não serão algumas breves informações sobre tal actividade.

Efectuaram-se 132 sessões plenárias, ocupando quase 500 horas, e 327 sessões das 13 comissões especiais que se constituíram, ocupando um total aproximado de 1000 horas.

Das sessões plenárias, 108 foram dedicadas ao trabalho propriamente constituinte, discutindo e votando o articulado que as comissões iam sucessivamente elaborando e propondo.

As restantes 23 sessões foram ocupadas do modo seguinte:

1 sessão solene inaugural;

2 sessões para verificação de poderes;

1 sessão para eleger a Mesa e nomear uma comissão incumbida de elaborar uma proposta de Regimento interno;

7 sessões para discussão e aprovação deste Regimento;

1 sessão para designar uma comissão incumbida de preparar uma proposta de sistematização da Constituição;

1 sessão para apresentação do “parecer” daquela comissão;

9 sessões para discussão simultânea do referido “parecer” e dos projectos de Constituição elaborados e propostos por cada um dos seis Partidos representados na Assembleia, a última das quais aprovou a proposta de sistematização e designou as comissões especiais;

1 sessão de encerramento, cuja parte final está agora a decorrer.

Das 500 horas ocupadas pelas sessões plenárias, destinaram-se 90 às 23 sessões acima ditadas, 280 à discussão e votação da Constituição e consagram-se as restantes ao chamados “períodos antes da ordem do dia”, durante os

quais se procedia à leitura de uma correspondência, que foi sempre copiosa e por vezes interessante, os Deputados formulavam “requerimentos”, dirigidos aos diversos departamentos ministeriais, e procediam, não raro acaloradamente, em especial quando solicitados por outros a prestar esclarecimentos, à exposição das mais variadas questões de política geral relacionadas com as conjunturas que sucessivamente iam sendo atravessadas e tantas vezes foram complexas, difíceis, confusas, emocionantes e até ameaçadoras.

Ao passo que as sessões plenárias, como determinava o Regimento, decorreram sempre à luz crua do dia, bem à vista de todos quantos as quisessem observar, com toda a desejável publicidade oral e escrita, as reuniões das comissões, cada qual formada por 11 e 12 Deputados, realizaram-se, como é normal, à porta fechada.

Foi assim assegurado ao público toda a oportunidade para ver a Assembleia a funcionar, em plenário, com as suas virtudes e os seus defeitos, os seus acertos e os seus erros, os seus êxitos e os seus insucessos, e conseqüentemente ficou tal público habilitado, sempre que tiver sido esse o seu desejo, a formular o seu juízo e ditar a sua sentença.

Mas não pôde, esse mesmo público, observar e trabalho demorado, tranquilo e paciente das 13 comissões que, afinadamente, durante cerca de 1000 horas, funcionaram num ambiente que se caracterizou sempre pela lealdade e a franqueza, num clima de relações humanas de mútuo respeito e recíproca cordialidade.

Foram, afinal, é necessário que se diga, as comissões especiais, e em particular a Comissão de Redacção, as verdadeiras redactoras do articulado constitucional, em reuniões de trabalho que muitas vezes se prolongaram pela noite dentro.

Julgo de meu dever deixar aqui consignada uma palavra de profundo reconhecimento e vivo apreço dirigida a todos os membros das comissões, em particular aos seus presidentes, relatores e secretários.

Para os Srs. Vice-Presidentes da Assembleia, que tanto me auxiliaram, substituindo-me na direcção das sessões plenárias, vai também a minha amigável gratidão, e em especial para o meu camarada Vasco da Gama Fernandes, que presidiu a nada menos de 21 sessões completas.

Dos três Secretários da Mesa, e também dos seus muito eventuais substitutos, os dois Vice-Secretários, só posso dizer que não imagino sequer como teria sido possível conduzir as sessões sem a sua activa, prestante, competente e sempre leal colaboração.

E já que de reconhecimento se trata agora, não quero nem devo esquecer os serviços do Palácio de S. Bento que,

mau grado a notória insuficiência dos seus quadros, tão diligentemente e com tanta correcção cumpriram as missões que lhes competiam: Secretaria-Geral, Gabinete Técnico, Expediente Geral e Apoio às Comissões, Relações Públicas e Informação, Contabilidade, Almojarifado. Em todos eles, desde os chefes aos mais obscuros executores, deixo nesta Casa bons amigos.

A Assembleia Constituinte começou a funcionar com a totalidade dos 250 Deputados eleitos a 25 de Abril de 1975, dia que ficará memorável nos anais da democracia.

Destes, houve 62 que, por motivos variados, mas principalmente devido a incompatibilidades com as funções públicas para que foram sendo nomeados, renunciaram aos seus mandatos: verificou-se outros sim o falecimento imprevisto do Deputado do PCP Herculano de Carvalho. O total de vagas abertas atingiu, portanto, 63. Destas foram preenchidas 60, pelo que o número actual é de 247.

O desaparecimento do jovem Herculano de Carvalho, em condições tão súbitas como trágicas, causou entre nós mágoa generalizada, que neste momento quero voltar a exprimir.

E agora, Sr. Presidente, senhoras e senhores, para terminar esta alocução que se desejou e será breve, algumas referências à Constituição que elaborámos.

Encontra-se ela já votada por esta Assembleia, bem como o decreto que a aprova, decreto este que, depois de lido, vou assinar e cuja promulgação me permito solicitar a V. Ex.^a.

Poderá acaso essa Constituição considerar-se perfeita, essa Constituição que pretende e ambiciona associar um cunho socialmente muito avançado à preocupação constante de garantir a defesa efectiva e concreta das liberdades públicas, bem como de assegurar aos Portugueses o exercício dos direitos cívicos e, através dele, o governo democrático da Nação?

Não serei eu quem me proponha responder pela afirmativa à pergunta que formulei.

Inexperientes como todos éramos na prática da democracia representativa, competentes no campo jurídico apenas alguns de nós, ansiosos todos por descobrir soluções progressistas adaptáveis à ideologia de cada qual, ingénuos talvez, qual de nós ousará sustentar que não cometemos erros e que fomos sempre capazes de encontrar as formulações mais realistas, mais susceptíveis de trazer ao domínio da realidade viva os ideais diversos que nos motivavam? Qual de nós ousará?

Teremos nós, os constituintes de 1975-1976, conseguido gizar essa Constituição de que nos falou o general Costa Gomes, desta mesma cadeira onde hoje volta a sentar-se? “Uma Constituição revolucionária”, disse-nos ele faz hoje dez meses, “tão avançada que não seja ultrapassada, tão adequada que não seja flanqueada, tão inspirada que seja redentora, tão justa que seja digna dos trabalhadores de Portugal.”

Tê-lo-emos, prezados colegas, tê-lo-emos conseguido?

Se, porventura, o tivermos sido, como pessoalmente desejo e espero com veemência, terá sido dada a prova de que a Constituição Portuguesa de 1976 pertence àquelas constituições que, como já disse a 2 de Junho de 1975, “valem na medida em que não forem efémeras, em que servirem de quadro à vida política nacional durante um período de tempo suficientemente longo, em que demonstrarem capacidade para suportar o embate, sempre rude, da experiência, da realidade vivida”.

E é exactamente por desejar que a Constituição, por mais discutida, interpretada e contestada que venha a ser, revele possuir tais características que peço licença para renovar hoje o voto que formulei na sessão inaugural, alterando apenas, como se impõe, o tempo do verbo, e sem tomar partido na querela em torno das condições da revisão constitucional: “Que tenhamos sabido ser dignos de nós próprios, dotando a nossa pátria com uma Constituição que, na sua essência, saiba resistir à prova do tempo!”

Encerramento da Assembleia Constituinte e assinatura da Constituição; 3 de Junho de 1976 - S/autor



FICHA TÉCNICA

Título Henrique de Barros. Centenário do nascimento. 1904-2004

Edição Divisão de Edições da Assembleia da República

Texto Manuela Ferrão, baseado no livro autobiográfico “Henrique de Barros. Quase um século ... Memórias sintéticas”

Design Nuno Timóteo

Fotografias AHP

Impressão Textype - Artes gráficas, Ida

ISBN 972-556-362-X

DL

Tiragem 500 exemplares

Lisboa

Setembro 2004

